

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

**SANDRO CLAUDIO SALES SILVA**

**EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA  
VISUAL MATRICULADOS EM ESCOLAS MILITARES  
DA CIDADE DE SÃO LUÍS – MA.**

**SÃO LUÍS**

**2024**

SANDRO CLAUDIO SALES SILVA

**EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL  
MATRICULADOS EM ESCOLAS MILITARES DA CIDADE DE SÃO LUÍS – MA.**

Trabalho de conclusão de curso - TCC  
apresentado à Coordenação do curso de  
Licenciatura em Educação Física da  
Universidade Federal do Maranhão, como  
requisito para obtenção do grau de  
Licenciado em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Alex Fabiano Santos  
Bezerra

**SÃO LUÍS**

**2024**

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Silva, Sandro Claudio Sales.

EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL MATRICULADOS EM ESCOLAS MILITARES DA CIDADE DE SÃO LUÍS / Sandro Claudio Sales Silva. - 2024.

37 f.

Orientador(a): Alex Fabiano Santos Bezerra.

Monografia (Graduação) - Curso de Educação Física, Universidade Federal do Maranhão, São Luís - Ma, 2024.

1. Inclusão. 2. Deficiência Visual. 3. Educação Física. 4. . 5. . I. Bezerra, Alex Fabiano Santos. II. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

SANDRO CLAUDIO SALES SILVA

**EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL  
MATRICULADOS EM ESCOLAS MILITARES DA CIDADE DE SÃO LUÍS – MA.**

Trabalho de conclusão de curso - TCC  
apresentado à Coordenação do curso de  
Licenciatura em Educação Física da  
Universidade Federal do Maranhão, como  
requisito para obtenção do grau de Licenciado  
em Educação Física.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Dr. Alex Fabiano Santos Bezerra  
Universidade Federal do Maranhão

---

Dr<sup>a</sup> Livia da Conceição Costa Zaqueu

---

Dr<sup>a</sup> Elizabeth Santana Alves de Albuquerque

## AGRADECIMENTOS

O meu primeiro e maior agradecimento faço em reverência ao nosso Senhor Jesus Cristo por me permitir e me dar forças para concluir mais esta etapa em minha vida.

Agradeço em seguida aos meus pais que sempre me apoiaram e acreditaram na minha capacidade para iniciar, lutar e vencer esta batalha.

Agradeço também a todos os meus professores desta tão almejada Instituição, em especial, ao meu orientador, amigo e professor doutor Alex Fabiano Santos Bezerra, que acreditou e conseguiu arrumar tempo na sua tão lotada agenda para me ajudar a superar todas as barreiras encontradas no percurso dessa pesquisa. Não esquecendo de agradecer a todos os colegas de classe dos mais diversificados períodos que estiveram ao meu lado em aulas, provas, trabalhos e contribuíram para essa realização.

Agradeço ainda à minha esposa e mãe do meu filho Daniel Neto que nasceu bem próximo da conclusão desse trabalho, tornando-o mais desafiador e me impulsionando a concluí-lo com todas as minhas forças.

Por fim, mas não menos importante, agradeço aos demais familiares e amigos que estiveram ao meu lado e contribuíram de alguma forma, ainda que de longe, conseguiram me incentivar e mostrar o quão é possível realizar sonhos quando acreditamos em nós mesmos.

Obrigado a todos, de coração!

## RESUMO

Estudo da Educação Física e o processo de inclusão de alunos com deficiência visual matriculados em escolas militares da cidade de São Luís do Maranhão. O estudo teve por objetivo geral caracterizar o ensino da Educação Física para alunos com deficiência visual matriculados em escolas militares da cidade de São Luís. A metodologia envolveu uma pesquisa dentro da abordagem qualitativa, com delineamento descritivo do estudo de caso, feito em escolas militares da cidade de São Luís que possuíam alunos com deficiência visual matriculados. Como instrumento de pesquisa aplicou-se um questionário semiestruturado aos professores de Educação Física. Os resultados apontaram que 50% das escolas inseridas na pesquisa não possuem ambientes e ou materiais adaptados, bem como adaptações arquitetônicas que facilitem o acesso do aluno com deficiência visual. Quanto a participação dos alunos com deficiência visual nas aulas, todos os professores afirmam que não há necessidade de uso de estratégias específicas para a participação do aluno. Em se tratando dos enfrentamentos diários das aulas, os professores informaram não ter tido dificuldades em ministrar aulas de Educação Física para alunos com deficiência visual. Conclui-se que as aulas de Educação Física para alunos com deficiência visual nas escolas militares ainda precisam avançar nas reflexões pedagógicas que favoreçam o processo inclusivo e nas possibilidades didáticas capazes de oferecer um ensino com equidade para todos os alunos.

**Palavras-chave:** Inclusão; Alunos; Deficiência Visual; Educação Física.

## **ABSTRACT**

Study of Physical Education and the process of inclusion of visually impaired students enrolled in military schools in the city of São Luís do Maranhão. The general objective of this study was to characterize the teaching of Physical Education to visually impaired students enrolled in military schools in the city of São Luís. The methodology involved a research within the qualitative approach, with a descriptive design of the case study, carried out in military schools in the city of São Luís that had students with visual impairment enrolled. As a research instrument, a semi-structured questionnaire was applied to Physical Education teachers. The results showed that 50% of the schools included in the survey do not have adapted environments and/or materials, as well as architectural adaptations that facilitate access for visually impaired students. Regarding the participation of visually impaired students in classes, all teachers affirm that there is no need to use specific strategies for student participation. Regarding the daily confrontations of the classes, the teachers reported that they had no difficulties in teaching Physical Education classes to students with visual impairment. It is concluded that Physical Education classes for visually impaired students in military schools still need to advance in pedagogical reflections that favor the inclusive process and in didactic possibilities capable of offering teaching with equity for all students.

**Keywords:** Inclusion; Students; Visual Impairment; Physical education.

## LISTA DE ABREVIATURAS

**LDB** – Lei de Diretrizes e Bases

**PCN's** – Parâmetros Curriculares Nacionais

**MEC** – Ministério da Educação

**DOE/MA** – Diário Oficial do Estado do Maranhão

**PMMA** – Polícia Militar do Maranhão

**CBMMA** – Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão

**CMT** – Colégio Militar Tiradentes

**CMCB** – Colégio Militar do Corpo de Bombeiros

**ONU** – Organização das Nações Unidas



## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. QUADRO TEÓRICO	12
2.1 FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	12
2.2 DEFICIÊNCIA VISUAL	14
2.3 EDUCAÇÃO FÍSICA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL	18
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
3.1 CENÁRIO DA PESQUISA	21
3.2 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO	21
3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	21
3.4 PARTICIPANTES DO ESTUDO	22
3.5 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS	22
3.6 CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO	23
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	24
4.1 ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO DE ESPAÇOS E MATERIAIS	24
4.2 PARTICIPAÇÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA NAS AULAS PRÁTICAS	25
4.3 ENFRENTAMENTOS NO COTIDIANO DA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA	27
5. CONCLUSÃO	29
REFERÊNCIAS.	31
APÊNDICES	36

## 1 INTRODUÇÃO

O acesso à educação encontra guarida em diversos documentos oficiais, sendo um direito fundamental e essencial das pessoas. A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB) que afirma que “é direito de todo ser humano o acesso à educação básica” juntamente com a Declaração Universal dos Direitos Humanos que estabelece que “toda pessoa tem direito à educação”, LDB (1996).

Brandão (1995), afirma que a educação capacita o indivíduo contribuindo para o seu desenvolvimento, tornando-o adaptável ao meio físico e mental. Essas adaptações, tornam os seres mais integrativos aos seus ambientes de convivência, trazendo conhecimento, habilidades e valores, que contribuem para a sociedade como um todo.

A lei 9.394/96, estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional, afirmando que a Educação Física é um componente curricular obrigatório da Educação Básica (com exceções previstas), atestando assim o direito ao acesso à disciplina para todos os alunos matriculados na educação básica. A Educação Física, se ajusta como ferramenta educacional que possibilita a cooperação e o desenvolvimento, devendo contemplar todos os alunos, por meio de atividades física, recreativa e principalmente psicomotora, visando o desenvolvimento de habilidades.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais citam como objetivo do ensino fundamental que os alunos sejam capazes de:

Desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania (PCN'S, 1997, p. 10).

A Educação, portanto, deveria alcançar a todos os alunos, independente das diferenças que estes possa apresentar em seu processo de aprendizagem. A questão principal do processo de inclusão de alunos, propõe que os sistemas educacionais passem a ser responsáveis por criar condições de promover uma educação de qualidade para todos e fazer adequações que atendam às necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência”. (BRASIL, 2006, p. 07). É o que menciona o Ministério da Educação (MEC), em documento que trata sobre a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.

A visão ocupa um papel fundamental no processo interativo e pode ser considerado o principal meio pelo qual os seres humanos recebem informações do ambiente em que o estão inseridos, seu desenvolvimento físico, neurológico e cultural, estão relacionadas à interação com os elementos, com as pessoas e ocupa um papel muito importante nesse processo de interação. Coloca o indivíduo em contato externo, fornecendo-lhe estímulos, que auxiliam na orientação e no controle de movimentos. (LAPLANE; BATISTA, 2008).

Devido às limitações, a pessoa com deficiência visual, lida diariamente com inúmeros obstáculos, devido a ausência do seu principal orientador espacial do meio, o que dificulta na mobilidade, tornando essa locomoção insegura e muitas vezes limitada. (MOSQUERA, 2010).

Dorneles e Pavan (2014), afirmaram que as pessoas com deficiência visual, sentem-se numa situação de exclusão social por possuírem limitações, o que podem produzir dependência, principalmente no quesito auto mobilidade, podendo gerar isolamentos e privações de uma vida social proativa, aonde as vezes própria família contribui para que isso ocorra.

A prática de atividades esportivas deve ser salientada pela pessoa com deficiência, levando em conta sua capacidade e limitações, devendo ser auxiliados no desenvolvimento e aprimoramento de movimentos necessários para a realização de tarefas cotidianas. (BARROZO et al, 2012).

De acordo com o decreto 5.296, de 02 de dezembro de 2004 do Ministério da Educação, existem nomenclaturas para as quatro diferentes condições de deficiência visual:

III - deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (BRASIL, 2004, p. 02).

Os colégios militares foram criados em parceria entre a Secretaria de Educação e a Secretaria de Segurança Pública Estado. Vale destacar que os Colégio Militares regidos pela PMMA, foram criados sob a lei número 8.509 publicada no diário Oficial do Estado – DOE/MA, datado de 28 de novembro de 2006 e os Colégios Militares do Corpo de Bombeiros Militar sob a lei número 8.356,

datada de 26 de dezembro de 2005. O ingresso nos Colégios Militares acontece por meio de processo seletivo publicado em editais anualmente de acordo com vagas existentes determinadas pelos gestores de cada colégio. (DOE/MA, 2006).

Existem atualmente em São Luís, três Unidades de Colégios Militares, sendo um administrado pela Polícia Militar do Maranhão – PMMA e dois pelo Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão – CBMMA, distribuídas na seguinte ordem, denominações e administrações: Colégio Militar Tiradentes – CMT I e Colégio Militar do Corpo de Bombeiros 2 de julho – CMCB I, CMCB XXVI.

O processo seletivo para entrada de alunos obedece ao seguinte critério: 50% para dependentes comprovados de Policiais Militares, Bombeiros Militares, Policiais Civis e funcionários civis; e 50% divididas em dependentes oriundos da comunidade local, comunidade em geral que abrangem também pessoas com deficiência, que somam um percentual entre 5 e 7% do total das vagas para a comunidade.

Uma outra abordagem sobre o tema, compreende que o princípio da inclusão como direito de participação de todos acontece, independentemente de suas prévias capacidades físicas, sociais ou intelectuais, raça ou gênero. A diferença pode estar na sua capacidade em lidar com os conteúdos da educação física, ou por não estar socializado com este universo, ou por não ser devidamente estimulado, ou ainda, por não gostar da disciplina. (SILVA, 2006).

O processo de ensino da Educação Física na escola propõe a exploração de todos os conteúdos da área e das práticas corporais e aventura. Explorar esse universo de possibilidade motoras, requer uma vivência prática e socialização de entre os alunos participantes da aula. No entanto, no caso de aluno com deficiência visual, será necessário criar estratégias de adaptação dos conteúdos, e fomentar a colaboração entre os seus pares.

Como base nos pontos elencados acima, chega-se a seguinte situação problema: Como estão sendo desenvolvidas as aulas de Educação Física para alunos com deficiência visual matriculados em escolas militares da cidade de São Luís do Maranhão?

O estudo tem por objetivo geral caracterizar o ensino da Educação Física para alunos com deficiência visual matriculados em escolas militares da cidade de São Luís.

Como objetivos específicos procurou-se: levantar a participação dos alunos com deficiência visual nas aulas de Educação Física na escola militar; apontar as principais estratégias de adaptação do espaço e das práticas motoras com vista a promover a participação do aluno com deficiência visual nas aulas de Educação Física; relatar as principais dificuldades na vivencia prática das aulas de Educação Física para dos alunos com deficiência visual.

Esse estudo se justifica pela necessidade de aumentar a participação de alunos com deficiência visual nas aulas de Educação Física em escolas militares da cidade São Luís. Isso porque os encontros são inúmeros, que envolvem a adaptação do ambiente, com vistas a potencializar a autonomia para alunos cegos em todos os espaços da escola, e em todas as vivências dos conteúdos educacionais.

Vale lembrar, que colégios militares possuem um conceito formado pela sociedade que envolve rigidez, respeito a regras, valorização de responsabilidade e outros elementos que são oriundos da caserna. Isso, talvez, se contrapõe a questão de limitação que acompanha muitas deficiências. Por esse motivo, a Educação Física, pode criar um ambiente favorável a romper que esses entendimentos impostos pela sociedade, se as aulas forem motivadoras a todos os alunos, e mais ainda, aos alunos com deficiência visual.

As possibilidades didáticas e as boas estratégias de ensino, fazem da Educação Física, um campo de conhecimento rico a inclusão de alunos com deficiência visual. Isso só será proveitoso, se o professor optar por aulas de qualidade, e permitindo a socialização entre os alunos durante a prática.

## 2. QUADRO TEÓRICO

O quadro teórico do estudo apresenta no primeiro momento os fundamentos da educação inclusiva, trazendo o percurso que envolve a segregação, integração e inclusão. Em seguida, buscou-se os conceitos, definições e classificação da deficiência visual. Por fim, estudou-se a importância da Educação Física escolar no processo de inclusão e alunos com deficiência visual.

### 2.1 FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva se constituiu como o modelo de referência ao processo de educação de pessoas com deficiência na escola. Rodrigues (2006), reforça que a educação inclusiva como sendo a mudança de olhar da escola integrativa para a educação inclusiva. A educação inclusiva perpassa prioritariamente por um direito de todos à escola.

Nessa participação social o convívio com o outro se torna o ponto chave no processo educativo, pois: [...] “tem sido observado que alunos com níveis diferentes de deficiência aprendem mais em ambientes integrados onde lhes são ofertados experiências e apoio educacionais adequados do que quando estão em ambientes segregados”. (STAINBACK, 1999, p. 22).

Quando existem ambientes adequados, a inclusão funciona para todos os alunos com e sem deficiências, em termos de atitudes positivas, mutuamente desenvolvidas, de ganhos nas habilidades acadêmicas e sociais e de preparação para a vida na comunidade (STAINBACK, 1999, p. 22).

As pessoas com deficiência, que historicamente se encontravam em situação de risco de exclusão passam agora a ser contempladas com uma educação de qualidade para todos. No entanto, a simples entrada do aluno com deficiência na escola não lhe garante a qualidade de ações pedagógicas inclusivas, nem ações que diminuam as diferenças entre seus pares, e, ainda pior, não lhe garante aprendizagem. Para “[...] para haver inclusão é necessário que haja aprendizagem e participação social.” (SERRA, 2008, p. 33).

Hergarty (1994) estabeleceu educação inclusiva como o desenvolvimento de uma educação apropriada e de alta qualidade para alunos com necessidades especiais na escola regular. Duarte; Santos (2003) compreenderam educação

inclusiva como o processo de inclusão da pessoa portadora de deficiência ou de distúrbios de aprendizagem na rede de ensino, em todos os seus níveis de ensino. Por outro lado, pode-se perceber nestas conceituações uma visão aparentemente simples de como ofertar a educação para as pessoas com deficiência nos níveis de ensino.

Nos dias de hoje, para uma escola que se nomeie como inclusiva deve se mostrar de forma acessível e de qualidade não só para alunos com deficiência, mas para, todas as formas de diferenças... “[...] que assim não se fale só de igualdade de acesso, mas também em igualdade no sucesso” (RODRIGUES, 2006, p. 65).

O ponto mais importante para o entendimento da educação inclusiva reside no ambiente social e instituído para instrumentalizar o processo educativo: a escola. É na escola que as crianças e os jovens passam uma quantidade substancial do seu tempo e é lá que muitas de suas conexões sociais são feitas, é o que afirmam Schaffener e Buswell (1999). Para esses autores, “é importante reconhecer o princípio de que as boas escolas são boas escolas para todos os alunos e, então, agir com base nesse princípio”.

Pacheco et al. (2007) concordam que o que acontece nas escolas é um reflexo da sociedade em que elas funcionam. Mas o que todos devem concordar “[...] é que todas as crianças precisam de um bom ensino que leve em conta os padrões individuais de aprendizagem” (MITTLER, 2003, p. 27).

Mantoan (2006), diz ser um engano pensar que as escolas de países mais avançados e mais ricos são melhores do que as brasileiras. Os problemas que envolvem a inclusão do aluno com deficiência nas escolas são comuns a muitas outras. Ainda segundo Mantoan (2006) “[...] estas podem ter índices menores de desaprovação, mas os problemas causadores dessa desaprovação são os mesmos em todo mundo” Pacheco et al. (2007, p. 112)

Na esfera social, a deficiência se aproxima das péssimas condições de vida (RIBAS, 1985). Não é por acaso que as crianças que são menos capazes academicamente são também aquelas que vivem nas áreas em desvantagem social e econômica. “As escolas são culpadas por terem baixa expectativa quanto ao aproveitamento dos alunos e, além disso, por aceitarem com facilidade que as crianças pobres serão aquelas que mais provavelmente não terão um bom desempenho na escola.” (MITTLER, 2003, p. 24).

No olhar de inclusão de Duarte e Santos (2003, p. 96), as escolas precisam ser reestruturadas para acolher toda diversidade humana representada pelo alunado com deficiência. Portanto, essas escolas devem servir de base para a construção de uma sociedade orientada para as pessoas, respeitando-se diferenças e considerando-se a dignidade de todos os seres humanos.

## 2.2 DEFICIÊNCIA VISUAL

Soares (2012) descreve que os primeiros registros da Educação Física no Brasil ocorrem entre os séculos XVI e XIX. Relatos de povos nativos dançando e saltando ao som de uma gaita tocada por um português, que foi considerada a primeira aula de ginástica descrita no país. Menciona ainda, que as atividades desses povos nativos se relacionavam com as suas culturas, através da execução de tarefas utilitárias e guerreiras como brincar, caçar, pescar, nadar e de locomoção. Existiu ainda nos povos de origem africana, nas senzalas do Rio de Janeiro e Bahia a prática da capoeira, atividade que além de ter como finalidade a recreação, servia para autodefesa na forma rítmica que fez parte da história da Educação Física no Brasil.

No Período Colonial (1822 e 1889), surgem os primeiros tratados sobre Educação Física utilizando a denominação de ginástica, tendo sua ascensão com a atuação militar. No ano de 1823, Joaquim Antônio Serpa elabora o “tratado de Educação Física e moral dos meninos” que tinha a Educação Física saúde do corpo e da mente, sendo nessa época influenciada pela Medicina e pela Instituição Militar (SOARES, 2012; CRUZ e SANTOS, 2016).

Em 1851, a reforma Couto Ferraz no Brasil impôs a educação física nas escolas da Corte. Em 1880, Rui Barbosa defendeu a reforma Leôncio de Carvalho, que incluía a educação física nas escolas e dava aos professores de ginástica a mesma importância aos demais professores. Rui Barbosa, em sua defesa, enfatiza que manter um corpo saudável é fundamental para manter o funcionamento intelectual. No começo do século XX, os estados da Bahia, Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo incluem a ginástica nas aulas, passando a conviver com o movimento ordenado e recebe suas influências. Já em 1929, a Conferência Nacional de Educação abordou a educação física e os métodos. A



Educação Física brasileira tem princípios biológicos influenciados pela Europa (LIMA, 2015).

Soares (2012); Cruz e Santos (2016), mais uma vez destacam que, entre 1946 e 1980, aconteceram mudanças significativas na compreensão da Educação Física tal como a conhecemos hoje. Anteriormente, entre 1930 e 1945, houve a Educação Física militarista, que visava impor padrões de comportamento à sociedade e servia como instrumento ideológico, inclusive durante o regime militar iniciado em 1964.

A tomada do poder executivo pelos militares foi um dos eventos mais importantes na história da educação física moderna. Com o objetivo de estabelecer um sistema educacional que atendesse aos interesses do governo militar, estes militares exigiram que a educação física fizesse parte do processo. Devido ao decreto lei no 705/69, que visava acabar com os movimentos estudantis, principalmente nas Universidades, que eram a principal ferramenta de resistência ao militarismo, o esporte passou a ser priorizado por meio da competição e do desempenho; isso rompe com a ginástica tradicional e introduz um método desportivo generalizado, e o esporte passou a ter um papel educacional (SOARES, 2012; LIMA, 2015).

Existem diversas categorias que descrevem a deficiência visual, que variam de acordo com as limitações e propósitos a serem abordados. De acordo com Munster e Almeida (2005), essas categorias são estabelecidas com o objetivo de minimizar as desvantagens causadas pela função visual de cada indivíduo, já que mesmo compartilhando a dificuldade na visão, cada pessoa com deficiência visual apresenta alterações estruturais e anatômicas distintas que afetam suas habilidades visuais em níveis variados podendo influenciar o desempenho individual de forma diferenciada.

Munster e Almeida (2005), destacam que, para compreender efetivamente as classificações de deficiência visual, é preciso primeiro compreender as funções visuais. Esta compreensão aprimora a percepção sobre as capacidades visuais dos alunos e abrangendo vários aspectos: acuidade visual (capacidade de perceber detalhes, determinada pela relação entre o tamanho de um objeto e sua distância), binocularidade (habilidade de mesclar imagens de ambos os olhos em convergência ideal, o que contribui para a percepção de profundidade), o campo visual (avaliado

por meio da fixação do olhar, identificando a área circundante visível simultaneamente), visão de cores (habilidade de diferenciar vários tons e matizes), sensibilidade à luz (capacidade de se ajustar a vários níveis de brilho no ambiente) e sensibilidade ao contraste (a habilidade de reconhecer pequenas diferenças de brilho entre superfícies adjacentes).

A deficiência visual pode advir de causas congênitas ou adquiridas. Entre as referências listadas abaixo, Bozzini (et al. 1991), Nabeiro (1992), Cavalcante (1995), Cidade e Freitas (2002), Craft e Lieberman (2004) e Munster e Almeida (2005) descrevem fatores que podem levar à deficiência visual, seja direta ou indiretamente, enquanto outros não necessariamente resultam em tais condições. Caminho – (um pouco do histórico – conceitos – classificação – orientação e mobilidade)

Conforme o texto do ACSM (*American College of Sports Medicine*) de 1997, conforme mencionado por Fugita (2002), a cegueira pode ser caracterizada da seguinte forma: 1. Cegueira por acuidade: refere-se à condição de ter uma visão de 20/200 pés ou inferior, mesmo com a melhor correção possível (uso de óculos). Isso significa que a pessoa consegue enxergar a uma distância de 20 pés ou 6,096 metros o que um olho normal percebe a 200 pés ou 60,96 metros, o que equivale a 1/10 da visão normal, sendo que 1 pé corresponde a 30,48 cm. 2. Cegueira por campo visual: caracteriza-se por ter um campo visual inferior a 10° na visão central, resultando em uma percepção de túnel. 3. Cegueira total ou "não percepção de luz": refere-se à total ausência de percepção visual, na qual a pessoa não consegue reconhecer uma luz intensa que seja diretamente exposta aos olhos.

De acordo com Kirk e Gallagher (1991), existe a classificação que se fundamenta em um padrão de eficiência visual que, de certa forma, é abstrato. Há uma crescente adoção de uma definição funcional que ressalta os impactos das limitações visuais na capacidade crítica de leitura.

A pessoa cega é aquela que apresenta perda total de visão ou uma quantidade mínima de resíduo visual, e que utiliza o método Braille como meio de leitura e escrita, além de outros métodos, recursos didáticos e equipamentos especiais para o processo de ensino-aprendizagem. Já a pessoa com baixa visão é aquela que possui algum resíduo visual que possibilita a leitura de textos impressos com tinta, desde que sejam utilizados recursos didáticos e equipamentos

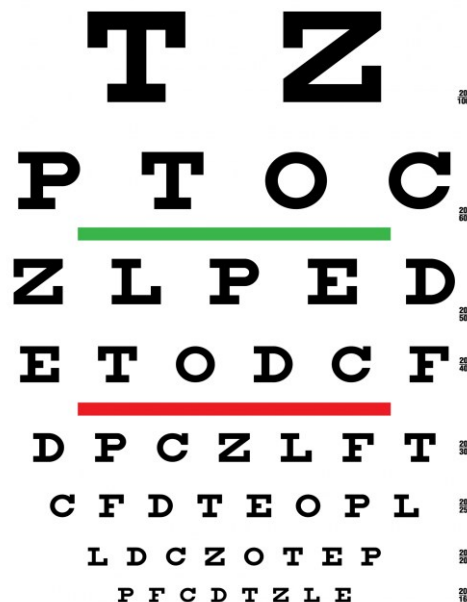
adequados, sendo desconsiderada as falhas que podem ser facilmente ajustadas com o uso correto de lentes (BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, 1993).

Segundo a Organização das Nações Unidas (2007), o termo mais comum é "pessoa com deficiência", como estabelecido pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Esse documento é um instrumento de direitos humanos da ONU, criado para salvaguardar os direitos e a dignidade das pessoas que possuem alguma deficiência.

A Lei nº 13.146/2015, popularmente chamada de Lei Brasileira de Inclusão ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, estabelece que:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

O instrumento padrão comumente utilizado é a Escala de Snellen, composta por linhas de letras de tamanhos progressivamente menores, que devem ser lidas a uma distância de 20 pés. As pontuações são determinadas pela precisão com que a pessoa com deficiência visual consegue identificar as linhas de letras, utilizando um olho de cada vez.



### 2.3 EDUCAÇÃO FÍSICA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

As atividades físicas adaptadas, conforme estudos de Gorgatti e Costa (2008), têm existência há aproximadamente três mil anos a.C. e surgiu como forma de programas denominados ginástica médica, até evoluir ao que hoje conhecemos como educação física adaptada, que para Winnick (2004), se conceitua como sendo “uma parte da educação física cujos objetivos são o estudo e a intervenção profissional no universo das pessoas que apresentam diferentes e peculiares condições para a prática de atividades físicas” (WINNICK, 2004, p. 10).

Em se tratando da pessoa com deficiência visual, é comum pensar em dependência para as atividades de vida diária; limitações para participar de atividades esportivas e lazer, entre outros exemplos. Entretanto, deve-se lembrar que estes indivíduos são pessoas “normais”, em condições físicas e mentais favoráveis para o desempenho de qualquer atividade, para isso, basta algumas adaptações.

No tocante da resistência física, Winnick (2004) afirma que as pessoas cegas têm níveis de condicionamento inferiores aos videntes e sugere que estes níveis deveriam apresentar-se mais elevados, por conta das ações que são realizadas pelos deficientes visuais e que demandam maiores gastos energéticos para se atingir as mesmas metas que os não deficientes. Afirma, ainda, que a melhor forma de se proporcionar condições favoráveis de condicionamento seria por meio de atividades físicas. Entretanto, a falta de oportunidade de treinamento deste grupo de pessoas e a carência de guias para se realizarem corridas se tornam um grande obstáculo para o desenvolvimento do condicionamento físico. Portanto, práticas de atividades físicas e esportivas aparecem como uma forma de solução, tanto para o aspecto físico, quanto para a socialização e aumento da autoestima.

No aspecto cognitivo, a pessoa com deficiência visual apresenta condições fisiológicas e mentais suficientes para seu aprendizado, porém, sofre com a discriminação na escola de ensino regular, tanto por parte dos outros alunos que não sabem como lidar com a situação, quanto pelos professores que não estão preparados para trabalhar com esse tipo de aluno, dificultando o seu processo de aprendizagem, sua formação escolar e seu futuro profissional. Com isso, a pessoa cega sente-se retraída e acuada a explorar o ambiente de forma independente.

Através de uma boa aula de Educação Física e das práticas esportivas, os deficientes visuais sentem-se mais encorajados, valorizados, úteis e independentes. Portanto, programas de exercícios físicos, em qualquer âmbito da educação física se apresentam de forma indispensável para o universo da pessoa com deficiência visual.

As práticas de atividades físicas e esportivas proporcionam aos deficientes visuais melhores condições para orientação e mobilidade, facilitando seu deslocamento e oferecendo segurança e autonomia, além disso, ocorre a melhora no condicionamento físico, nos aspectos psicossociais e afetivos, e o significativo aumento e fortalecimento do tônus muscular permitindo, principalmente, a redução de erros posturais.

No campo das práticas esportivas para os deficientes visuais, Marques, Castro e Silva (2001) relacionam o atletismo, judô, natação, levantamento de peso, futsal, luta livre, tênis de mesa, tiro e o *goalball*, com regras adaptadas às necessidades dos participantes e com condições ambientais favoráveis às práticas. Além das modalidades esportivas, têm-se as atividades físicas que podem ser realizadas com o indivíduo cego, não para fins competitivos, mas para bem-estar, socialização, condicionamento físico e aperfeiçoamento das habilidades motoras.

O professor também se apresenta como membro importante nesse processo de vivência dos deficientes visuais em vivências motoras dentro da escola. Ele é o facilitador para novas experiências, e auxilia bastante, por meio de seus comandos verbais e táteis, para que as crianças com limitações da visão possam realizar muitas atividades durante as aulas. No entanto, sabe-se da falta de sensibilidade de muitos docentes em adaptar aulas para todos os alunos, principalmente para alunos com deficiência visual.

Munster e Almeida (2008) afirmam que é de suma importância que o professor trate sempre o aluno cego pelo nome, mantendo aproximação na relação professor-aluno e transmitindo segurança durante as atividades. Além disso, existe a preocupação na distribuição dos alunos dentro no espaço da aula, localizando-os de forma que não possam se bater durante as atividades e que consigam um bom domínio em relação ao corpo e espaço.

Os autores do parágrafo anterior comentam ainda, que o professor deve ter cuidado especial ao se comunicar com o aluno com deficiência visual, se

preocupando em utilizar frases simples e diretas que expressem claramente o que se quer dizer.

Para Seabra Júnior (2008), em se tratando do espaço físico em que vão ser realizadas as aulas, deve-se ter cuidado, inicialmente, com o acesso, permitindo ao cego o reconhecimento de toda a área e identificando, por meio da percepção tátil, a existência de obstáculos fixos, como cercas, arquibancadas, e demais bancos, et. Além disso, o reconhecimento de todo os espaços é indispensável. Portanto, deve-se proporcionar ao aluno com deficiência visual o reconhecimento de todo os espaços da escola e dos locais de práticas disponíveis.

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

#### **3.1 CENÁRIO DA PESQUISA**

Foram selecionados após levantamento prévio, três Unidades de Ensino de Colégios Militares existentes em São Luís, dentre estes, o Colégio Militar Tiradentes unidade I (CMT I) e o Colégio Militar do Corpo de Bombeiros unidades I e XXVI (CMCB I e XXVI), totalizando três Unidades de Ensino, que dispõem nestas três escolas, turmas a partir do 6º ano do Ensino Fundamental ao Ensino Médio.

Após este levantamento de alunos com deficiência visual matriculados em cada escola militar de São Luís, optou-se pelo CMT I, por apresentar cinco alunos com deficiência visual e as duas unidades do CMBM I e CMCB XXVI com um aluno em cada unidade, totalizando sete alunos matriculados com deficiência visual.

Dentre os alunos com deficiência visual matriculados nestas escolas, foram catalogados pelos gestores de suas respectivas unidades, seis alunos com baixa visão e um aluno com visão monocular.

#### **3.2 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO**

O estudo enquadra-se em uma pesquisa descritiva com o delineamento estudo de caso. (TRIVINÕS, 1987). Entende-se que o estudo de caso é mais propício para caracterizar o ensino da Educação Física para alunos com deficiência visual matriculados em escolas militares da cidade de São Luís.

Estudar o caso de alunos com deficiência visual praticantes de aulas prática de Educação Física, poderá fornecer elementos para o melhorar os entendimentos das limitações impostas pela cegueira para alunos matriculados em escolas militares com essa condição. Os conteúdos de ensino e as melhores estratégias adotadas pelos professores de Educação Física, poderão fazer com que outros alunos com essa mesma condição possam receber os benefícios das vivências motoras realizadas no ambiente da escola.

#### **3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS**

Inicialmente fez-se um levantamento bibliográfico a fim de verificar estudos na área sobre inclusão de alunos com deficiência visual. Utilizou-se como fontes as seguintes bases de dados: Google Acadêmico, *Scientific Eletronic Library On-Line* (Scielo), *Web of Science*, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Artigos de Periódicos da UFES, Unicamp, UEN, Uneb, Uepg, Uniceub, Uniesp, Revistas UNI-RN, UFG, USP.

Como instrumento de coleta de dados optou-se pelo questionário semiestruturado *on line* endereçado aos professores de Educação Física das escolas militares de São Luís que possuem alunos com deficiência visual matriculados. O questionário visou levantar os conteúdos da Educação Física que mais propiciam a participação de alunos com deficiência, as principais estratégias de adaptação do espaço e das práticas motoras, e encontrar as principais dificuldades dos professores no processo de ensino da Educação Física para dos alunos com deficiência visual. O questionário virtual foi disponibilizado por meio um de *link* e elaborado a partir da plataforma *Google Forms* – ferramenta do Google que permite criação e compartilhamento de questionários na *Web*.

### 3.4 PARTICIPANTES DO ESTUDO

Foram incluídos neste estudo, seis professores com formação superior em Educação Física, sendo cinco professores civis e um professor militar que possuam em suas turmas alunos com de deficiência visual. A esses professores, foram apresentados os objetivos do estudo e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice B), para assinatura.

### 3.5 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Inicialmente visitou-se as escolas militares com vista a levantar as informações pertinente ao estudo. Em seguida, procurou-se contato com os sujeitos a fim de esclarecer os mesmo sobre os objetivos do estudo.

Os dados foram coletados pelo próprio pesquisado através de ambiente virtual, logo após receber autorização pelo corpo gestor da escola para a realização do estudo. Estes dados foram categorizados a partir de análise presentes nos



objetivos específicos do estudo. A análise dos dados será feita através da análise de conteúdos por categorização com base no estudo da (BARDIN, 1977).

### 3.6 CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

Após análise realizada juntamente com os gestores de cada unidade de ensino, foram excluídos desta pesquisa, as escolas militares de São Luís - MA que não possuíam em seu quadro de discentes, nenhum aluno portador de deficiência visual e dois professores que por motivos particulares, se abstiveram em responder o questionário aplicado na pesquisa.

#### 4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise e discussão dos resultados seguirá as categorias de análise presentes nos objetivos específicos do estudo, quais sejam: estratégias de adaptação de espaços materiais com vistas a inclusão do aluno com deficiência visual; participação do aluno com deficiência nas aulas de Educação Física; e os encontros no cotidiano das aulas práticas de Educação Física. Os dados foram organizados a partir das respostas dos informantes do estudo, utilizando o critério de maior prevalência de ocorrência dentro das categorias de análise. A apresentação seguirá de descrição dos resultados e análise dos dados do estudo.

##### 4.1 ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO DE ESPAÇOS E MATERIAIS

Para que uma aula de Educação Física seja considerada inclusiva para alunos com deficiência visual, entende-se que devem ocorrer adaptações do ambiente, do aspecto pedagógico, e de materiais. No estudo feito com alunos com deficiência visual matriculados em escolas militares da cidade de São Luís, chegou-se aos seguintes resultados:

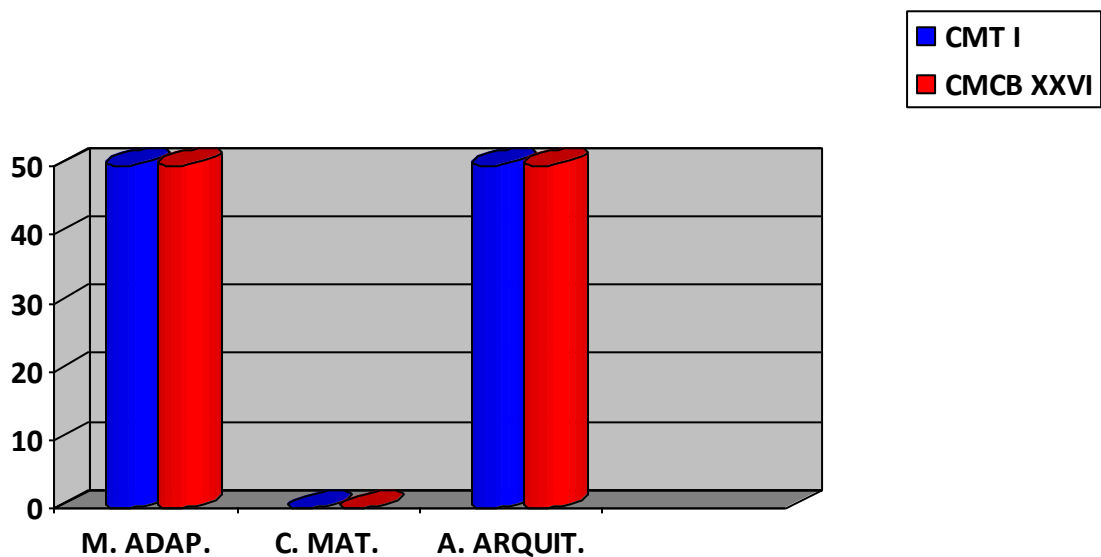


Figura 1. Resultados referentes às adaptações de espaços e materiais nas aulas de Educação Física.

A Figura 1, mostra os resultados encontrados a partir das respostas dos informantes do estudo. Verificou-se que 50% das escolas inseridas na pesquisa não

possuem ambientes e ou materiais adaptados, bem como adaptações arquitetônicas que facilitem o acesso do aluno com deficiência visual. Além disso, vale ressaltar que mesmo a escola que não possui estes materiais, o professor não estimula ou não confecciona qualquer material que possa contribuir para a interação e inclusão do aluno com deficiência visual nas aulas práticas de Educação Física.

Podemos perceber isso no discurso do Professor 4, “Não utilizo materiais específicos para os alunos com deficiência visual, os materiais são utilizados por todos os alunos”. O fato de não confeccionar materiais adaptados pode revelar um quadro de desatenção para com as limitações do aluno com deficiência. Mesmo não tendo um aluno totalmente cego, o aluno com baixa visão precisa de adaptações que potencialize sua participação em todas as aulas, independente do conteúdo.

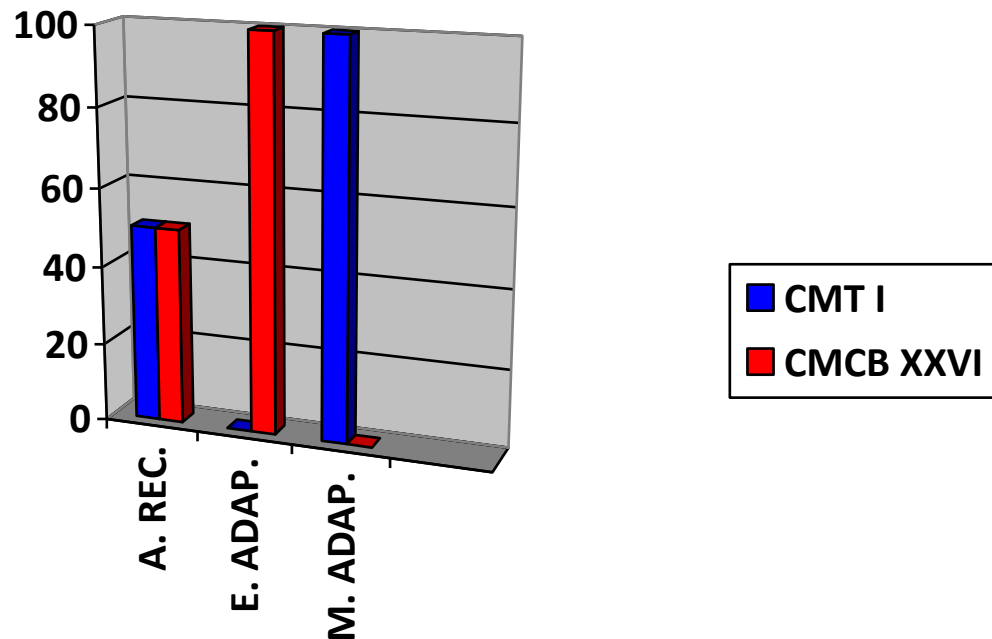
Para os professores pesquisados, o entendimento das escolas militares gozarem de certo prestígio na sociedade, quanto ao espaço físico, e disponibilidade de recursos materiais, fazem com que não haja preocupação com alunos que fujam dos padrões estabelecidos para pertencerem a essas escolas. Vale lembrar que as escolas, independente do seu formato, é um espaço privilegiado para as diferenças, e não para a padronização.

Entendo que refletir sobre uma escola para todos, pode ser um “grande passo” a ser dado no sentido da inclusão de alunos, independentemente da ordem de sua limitação. “A inclusão de estudantes com deficiência nas instituições de ensino é sempre um ponto que se destaca pela vulnerabilidade”. As escolas começam a se preocupar mais em relação à inclusão e à acessibilidade são aquelas que começam a receber alunos com deficiências para frequentar as salas de aula (FALKENBACH et al., 2008).

#### 4.2 PARTICIPAÇÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA NAS AULAS PRÁTICAS

Para incentivar a participação do aluno nas aulas prática, são necessárias adaptações curriculares por parte dos gestores e principalmente pelos professores durante o desenvolvimento destas, buscando sempre meios motivacionais, lúdicos e recreativos visando a quebra de barreiras impostas pela deficiência visual. A

experiência do professor para trabalhar com alunos deficientes visuais é de suma importância para que essa inclusão seja realizada efetivamente.



**Figura 2.** Resultado referente à participação do aluno com deficiência visual nas aulas práticas.

A Figura 2, faz referência à participação dos alunos com deficiência visual nas aulas práticas, ela remete às atividades recreativas, e esportes adaptados como sendo os preferidos desses alunos, com o uso de materiais adaptados como bolas coloridas e estímulos auditivos. Todos os professores afirmam que não há necessidade de uso de estratégias específicas para a participação do aluno, pois estes interagem sempre com uma pequena e alegre motivação por parte dos professores, que conseguem com isso o desenvolvimento da aula de forma que todos os alunos participem.

O professor é o principal responsável pela motivação do aluno durante a aula, segundo Falkenbach (2003), é a atitude do professor e dos colegas de turma que incentivam na aprendizagem e na inclusão dos alunos com deficiência visual.

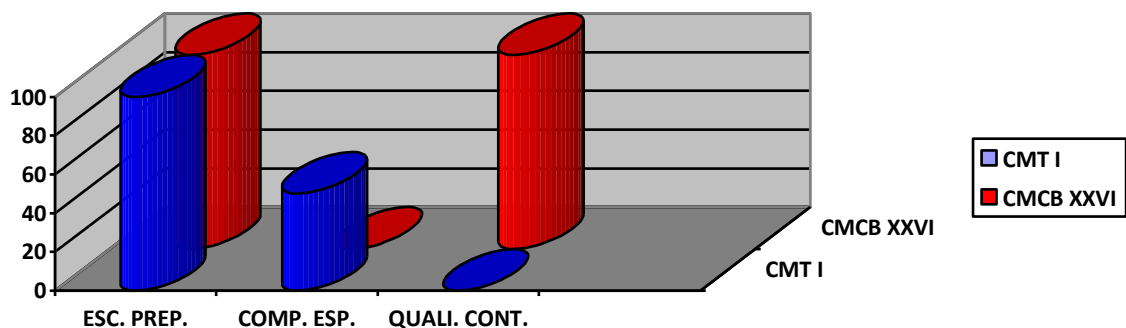
No entanto, muitos ainda preferem que em suas turmas não tenham em suas salas alunos especiais, pois assim, ele não precisa gerar grandes mudanças em seu formato de pedagógico de aula. Mas, é justamente o contrário, é nas diferenças entre os alunos, a grande potencialidade da aula ser inclusiva, pois o professor terá

que planejar muito bem a aula, em todos os aspectos didáticos do ensinar e assim, gerar aprendizagem.

#### 4.3 ENFRENTAMENTOS NO COTIDIANO DA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Este trabalho buscou verificar também sobre os principais desafios enfrentados pelos professores de Educação Física no tocante o desenvolvimento das suas aulas perante os alunos com deficiência visual. Temos conhecimento que as pessoas com deficiência estão presentes em todos os setores de uma sociedade e por esse motivo se faz necessário uma análise mais rigorosa por parte de todos, buscando uma sociedade mais inclusiva através da educação.

É enfatizado por Veiga (2002), a importância da capacitação do educador e compreensão o seu papel no ensino. É necessário proporcionar uma base científica e pedagógica sólida, capaz de preparar o educador para lidar com questões essenciais da escola como instituição social. Além disso, é preciso promover uma prática reflexiva e crítica, que se tornará o foco principal de uma formação contínua e resultará em aprendizagem considerável. A seguir os resultados referentes aos enfrentamentos do cotidiano dos professores de Educação Física que ministram aulas para alunos com deficiência visual em escolas militares da cidade de São Luís:



**Figura 3.** Análise do enfrentamento no cotidiano da prática da aula de Educação Física para o aluno com deficiência visual.

Em relação à figura acima, os professores não encontram dificuldades em ministrar suas aulas, porém, dois professores relatam a problemática do compartilhamento da mesma quadra de esportes durante o desenvolvimento de

suas aulas com outros professores. Por outro lado, um dos professores colaboradores do estudo, aponta como maior dificuldade a questão da não formação continuada que os professores da disciplina deveriam possuir para trabalhar com pessoas com deficiência visual. É de suma importância frisar que, apesar das dificuldades relatadas pelos professores que contribuíram com a pesquisa, todos concordam que as escolas militares de São Luís estão aptas a receber e trabalhar com os alunos com deficiência visual, ainda que haja necessidade de alguma intervenção e/ou intervenção para melhor acolhimento destes alunos.

Em relação ao discurso de professores não se sentirem preparados para atuar com pessoas com deficiência, e por vezes culpar outros setores, vejo como preocupante. Os professores de Educação Física já possuem em seu currículo de formação conhecimentos das deficiências, na educação especial, na inclusão nas aulas de e Educação Física.

[...] O aspecto positivo na busca da orientação teórica na ação pedagógica dentro da escola inclusiva é assumirmos que a diversidade, com o tempo, nos indicará o caminho. Não será um único caminho, mas sim inúmeros, dos quais não poderemos mais nos desviar (MAUERBERG-DECASTRO, 2005, p. 422).

No estudo, o que percebi em muitos professores, foi a falta de vontade para enfrentar os problemas que cercam a área, e fazer desses enfrentamentos, diversas possibilidades de aprendizado para todos os alunos da sala. Para Bezerra (2010) “vê-se na área da Educação Física elementos muitos propícios aos ideais de inclusão. Nesta ótica, o ponto de partida é ter na diversidade humana os quesitos necessários para a direção no caminho a ser percorrido.

Em se tratando das escolas, essas precisam ainda dar grandes passos para assegurar a acessibilidade física, metodológica, e aprendizagem para todos os alunos. Para Santos e Martínez (2016), é necessário um envolvimento eficaz dos governantes para se desenvolver uma visão de educação inclusiva comprometida com a transformação das instalações escolares em espaços para estudantes com diferentes necessidades educativas.

## 5. CONCLUSÃO

Com base nos resultados do estudo e seguindo as categorias de análise presente nos objetivos específicos, conclui-se que apesar das escolas militares terem um ambiente propício para a exploração da motricidade dos alunos, e estas, a princípio, não precisarem de grandes adaptações para receber alunos com deficiência visual, elas não foram pensadas para alunos que estivessem fora dos padrões estabelecidos para essas escolas, quais sejam: alunos saudáveis, sem limitações de qualquer natureza, robustos e sempre aptos para enfrentamentos e superar barreiras de qualquer natureza.

Além disso, apesar de não conseguirmos adentrar aos aspectos pedagógicos, os quais nos revelaria, pontos mais conflitantes, temos a certeza, que ainda é um longo caminho a percorrer. Pois, uma escola militar, é antes de tudo, uma escola, e precisa ter sentido e entendimento que as diferenças, são importantes para o aprendizado de todos os alunos.

A participação dos alunos com deficiência visual nas aulas foi percebida de maneira preocupante, pois os professores afirmaram não haver necessidade de uso de estratégias específicas para a participação do aluno com deficiência visual. Por não ter tido acesso as aulas, desconfio que os alunos com deficiência visual estão sendo ignorados pedagogicamente, pois a literatura aponta diversas possibilidades de adaptações de atividades e espaços com vistas a aumentar a exploração motora dos alunos com limitações motoras por conta das perdas visuais.

Em relação aos enfrentamentos das dificuldades nas aulas em propiciar inclusão de alunos com deficiência visual, apesar dos professores apontarem não ter tido dificuldades no ensino, esse dado pode nos revelar falta de vontade de incluir alunos, ou as aulas estão mesmo sendo muito inclusivas.

Por não termos tido acesso às aulas, não podemos afirmar o que realmente acontece, mas, entendemos que a Educação Física é uma rica área de possibilidade didática de inclusão de alunos com deficiência visual na escola, e para isso, as questões pedagógicas do ensino precisam ser a floradas, quanto as estratégias de ensino, os estilos e as abordagens pedagógicas, com vistas a uma aula de qualidade para todos os alunos.

Os resultados deste trabalho, visam influenciar novas produções sobre o tema, que contribuam no processo de inclusão dos alunos com deficiência visual nas aulas de Educação Física das escolas militares e apontam a importância de uma visão bem mais ampla sobre Educação Física inclusiva, no tocante às adaptações para a real efetivação deste processo. Vale mencionar que estas adaptações perpassam não somente pelo aluno, mas também pela escola, pelos pais, pelo poder público e principalmente pelo olhar diferenciado do professor.



## REFERÊNCIAS.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. LISBOA/Portugal: Edições 70 LDA, 2002.

BARROZO, A. F. et al. Acessibilidade ao esporte, cultura e lazer para pessoas com deficiência. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, São Paulo, v.12, n.2, p. 16-28, 2012. Disponível em: <<https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgdd/article/view/11217/6951>>. Acesso em 22 ago. 2022.

BOZZINI, A. C. A.; MALAVIDA, L. M. S.; POLONIO, L. M. **Prevenção: a única solução**. APAE: CAPELL, 1991.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 02 de dez. 2004. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm)>. Acesso em: 23 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 de dez. 1996. Seção 1, p. 33-44. Disponível em:<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 15 ago. 2023.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). acesso em: 16 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais** para o Ensino Fundamental. Introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, MEC/SEF, 1997, 126p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2023.

BEZERRA, A. F.S. Estratégias para o Ensino Inclusivo de Alunos com Deficiência nas Aulas de Educação Física (Tese de Doutorado). Marília, UNESP, 2010.

CAVALCANTE, A. M. M. Educação visual: atuação na pré-escola. Revista Benjamin Constant, Rio de Janeiro, n.1, p.11-30, set. 1995. Disponível em:

<https://paradesporto.unifesp.br/repositorio/trabalhos/4496d8d460a431bc7417fdb456c197a50f5a4.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2023.

CIDADE, R. E.; FREITAS, P. S. Introdução à educação física e ao desporto para pessoas portadoras de deficiência. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002. Disponível em: <https://paradesporto.unifesp.br/repositorio/trabalhos/4496d8d460a431bc7417fdb456c197a50f5a4.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2023.

CRAFT, D. H.; LIEBERMEAN, L. Deficiência visual e surdez. In: WINNICK, J. P. **Educação física e esportes adaptados**. Barueri: Manole, 2004. p.181-205.

CRUZ, M. M. S.; SANTOS, J. T. J. Princípios históricos – pedagógicos da educação física: bases epistemológicas para o ensino e pesquisa. In: III CONEDU. Natal. **Anais**. Natal. 2016. Disponível em: [https://editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO\\_EV056\\_MD1\\_SA1\\_ID13102\\_19082016002120.pdf](https://editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA1_ID13102_19082016002120.pdf). Acesso em: 25 mai. 2024.

CRUZ, M. M. S. et al. Formação profissional em educação física: história, avanços, limites e desafios. **Cad. Educ. Fís. Espor**, [s. l.] v. 17, n. 1, 2019. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/cadernoedfísica/article/view/20408/pdf>. Acesso em: 25 mai. 2019.

DOEMA. Poder Executivo, 2006. 44p. Disponível em: <https://www.diariooficial.ma.gov.br/index.php?page=busca&termo=&tipo=EXECUTIVO&dti=2006-11-27&dtf=2006-11-28>.

DORNELES, C. A.; PAVAN, R. A. **Concepção dos professores sobre In/Exclusão de estudantes com deficiência visual na educação básica**. 2014. 228f. Tese (doutorado em educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2014. Disponível em: < <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/13931-dorneles-claunice-maria-doutora-ucdb-2014.pdf> >. Acesso em: 21 jul. 2022.

FALKENBACH, A. P. et al. **A formação e a prática vivenciada dos professores de educação física com a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais na escola comum**. Temas sobre Desenvolvimento, São Paulo, v. 16, p. 56-60, maio, 2008b.

FUGITA, M. **A percepção do próprio nadar, de nadadores deficientes visuais e nadadores videntes**. 2002. 81f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação Física, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2002. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/remef/article/view/1349>, Aceso em: 22 mai. 2023.

GERHARDT, T. E.; LOPES, M. J. M.; ROESE, A.; SOUZA, A. A construção e a utilização do diário de campo em pesquisas científicas. **International Journal of Qualitative Methods**. 2005. Disponível em: <https://www.idea.ufscar.br/arquivos/metodologia/delineamentos/pdf-gerhardt-e-silveira-2009-metodos-de-pesquisa.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2023.

GORGATTI; Márcia Greguol; COSTA, Roberto Fernandes da. **Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais**. São Paulo: Manole, 2008.

HEGARTY, S. Integration and the teacher. In: MEYER, C. J.W.; PIJL, S.J.; HERGATY, S. (Org). *News perspectives in special education: a six country study of integration*. London: Routledge, 1994

KIRK, S. A.; GALLAGHER, J. J. **Educação da criança excepcional**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LAPLANE, A. L. F. de; BATISTA, C. G. Ver, não ver e aprender: a participação de crianças com baixa visão e cegueira na escola. **Caderno Cedes**, v. 28, n. 75, p. 209-227, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/tJCCFDTSTyjtnQdRfCfwpvs/>>. Acesso em: 23 ago. 2022.

LIMA, R. R. História da Educação Física: algumas pontuações. **Rev. Eletrônica Pesquis. Educa**, v. 07, n. 13, jan/ jun. 2015. Disponível em: <http://periodicos.unisantos.br/index.php/pesquiseduca/article/view/199>. Acesso em: 26 mai. 2024.

MARQUES, Urbano Moreno; CASTRO, José Alberto Moura e; SILVA, Maria Adília. Atividade Física Adaptada: uma visão crítica. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, Lisboa, v. 1, n. 1, p.73-79, jan./abr. 2001

MAUERBERG–DECASTRO, E. **Atividade física adaptada**: Ribeirão Preto: Tecmed, 2005.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**. 14<sup>a</sup>. Ed. São Paulo: Hucitec, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/349/34958005002/34958005002.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2023.

MOSQUERA, CF. **Deficiência Visual na Escola Inclusiva**: 1. Editora Intersaberes, 2010. 160 p.

MUNSTER, M. A. V.; ALMEIDA, J. J. G. O esporte adaptado no contexto da extensão universitária. In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A. (Org.). **Das margens ao centro: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2010. p.457-467.

NABEIRO, M. Atividade física e o deficiente visual. In: SIMPÓSIO PAULISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA, São Paulo, 1992. **Anais...** São Paulo: EPESUSP, 1992. p. 99-102. Disponível em: <https://paradesporto.unifesp.br/repositorio/trabalhos/4496d8d460a431bc7417fdb456c197a50f5a4.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2023.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: pontos e contrapontos. In: MANTOAN, M. T. E; PRIETO, R. G. P; ARANTES, V. A. (Org.). São Paulo: Summus, 2006

MOSQUERA, C. Educação física para deficientes visuais. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

MITTLER, P. Educação Inclusiva: contextos sociais. Tradução de Windyz Brazão Ferreira. Porto alegre: Artmed, 2003

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. Convenção. **A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada**. 2007. Disponível em: [http://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portaITvJustica/portaITvJusticaNoticia/anexo/Convencao\\_Comentada.pdf](http://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portaITvJustica/portaITvJusticaNoticia/anexo/Convencao_Comentada.pdf). Acesso em: 22 jun. 2023.

PACHECO, J. et al. **Caminhos para a inclusão**: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.

RODRIGUES, D. As promessas e as realidades da inclusão de alunos com necessidades especiais nas aulas de Educação Física. In: RODRIGUES, D. (Org). Atividade motora adaptada: a alegria do corpo. São Paulo: Artes Médicas, 2006, p. 63-69.

SANTOS, G. C. S.; MARTÍNEZ, A. M. A Subjetividade Social da Escola e os Desafios da Inclusão de Alunos com Desenvolvimento Atípico. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 22, n. 2, abr/jun. 2016.

SEABRA JÚNIOR, M. O. **Estratégias de ensino e recursos pedagógicos para o ensino do aluno com deficiência visual na atividade física adaptada**: manual para instrumentalização do professor de educação física. 2008. 132 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Júlio Mesquita Filho, Marília, 2008.

SERRA, D. Inclusão e ambiente escolar. In: SANTOS, M. P.; PAULLINO, M. M. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p.31-44.

SILVA, L. M. da. A deficiência como expressão da diferença. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.44, p. 111-133, dez. 2006.

SOARES, E. R. Educação Física no Brasil: da origem até os dias atuais. Lecturas: Educación Física y Deportes, **Revista Digital**. Buenos Aires. Nº 169, Jun/ 2012. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd169/educacao-fisica-no-brasil-da-origem.htm>. Acesso em: 25 mai. 2024.

SCHAFFNER, C. B.; BUSWELL, B. E. Dez elementos críticos para criação de comunidades de ensino inclusivo eficaz. In: STAINBACK, S.; STAINBACK. Inclusão: um guia para educadores. São Paulo: Artes Médicas Sul, 1999. p. 69-87

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. Inclusão: um guia para educadores. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987 Disponível em:

<https://www.idea.ufscar.br/arquivos/metodologia/delineamentos/pdf-gerhardt-e-silveira-2009-metodos-de-pesquisa.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2023.

VEIGA, I. P. A. **Formação de Professores: Políticas e Debates**. São Paulo: Papyrus, 2002.

WINNICK, J. P. Educação Física e esportes Adaptados. Barueri: Manole, 2004.

## APÊNDICES

Apêndice A – Questionário semiestruturado endereçado aos professores de Educação Física que atuam nas Escolas Militares de São Luís

### DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Escola: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Tempo de Atuação na Educação Física: \_\_\_\_\_

1 – Quais os materiais adaptados ao aluno com deficiência visual, a escola militar disponibiliza, com vistas a facilitar a interação com os demais alunos da sala durante as aulas práticas de Educação Física?

2 – Você confecciona materiais adaptados para serem usados nas aulas de Educação Física com vista participação do aluno com deficiência visual? Quais?

3 – Cite as atividades práticas que mais favorecem a interação dos alunos com deficiência visual com os demais alunos durante as aulas:

4 – Como você avalia a participação dos alunos com deficiência visual nas suas aulas práticas?

5 – Quais as estratégias de adaptações das aulas práticas você utiliza para incentivar a participação dos alunos com deficiência visual?

6 – Existem adaptações arquitetônicas voltadas aos alunos portadores de deficiência visual no Colégio Militar? Cite-as:

7 – No tocante às adaptações voltadas às práticas motoras, cite quais você considera mais importantes para o desenvolvimento do aluno com deficiência visual:

8 – Apesar das dificuldades encontradas para a realização das aulas práticas, você considera que a escola militar está preparada para receber mais alunos com deficiência visual? Por que?

9 - Na sua opinião, quais os principais desafios e dificuldades encontradas pelo professor de Educação Física para a realização das aulas práticas no Colégio Militar?

## Apêndice B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado Senhor (a)

Estou realizando uma pesquisa com o estudo intitulado Educação Física inclusiva para alunos com deficiência visual matriculados em Escolas Militares da cidade de São Luís que será realizado nas escolas que possuam alunos com deficiência visual/baixa visão em seu quadro de alunos. Trata-se de um trabalho que será desenvolvido pelo aluno do Curso de Licenciatura em Educação Física, da Universidade Federal do Maranhão, Sandro Claudio Sales Silva, e orientado pelo Prof. Dr. Alex Fabiano Santos Bezerra.

A finalidade do trabalho é de levantar os conteúdos da Educação Física que mais propiciaram a participação de alunos com deficiência nas aulas práticas de Educação Física na escola, bem como apontar as principais estratégias de adaptação do espaço e das práticas motoras com vista a promover a participação do aluno com deficiência visual nas aulas de Educação Física e por fim relatar as principais dificuldades na vivência prática das aulas de Educação Física para dos alunos com deficiência visual.

Sua participação se dará por meio de questionário, enviado virtualmente por aplicativo, com duração aproximada de 30 minutos, de forma voluntária, respondendo as questões sobre o referido estudo, sendo garantido o sigilo de sua identidade.

Essa pesquisa foi autorizada pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Maranhão, e, diante de sua anuência, solicitamos a assinatura no TCLE abaixo:

Eu, \_\_\_\_\_,

após ter sido orientado sobre os objetivos desse estudo que visa levantar os conteúdos da Educação Física que mais propiciam a participação de alunos com deficiência nas aulas práticas de Educação Física na escola, bem como apontar as principais estratégias de adaptação do espaço e das práticas motoras com vista a promover a participação do aluno com deficiência visual nas aulas de Educação Física e por fim relatar as principais dificuldades na vivência prática das aulas de Educação Física para dos alunos com deficiência visual, além de ter recebido informação sobre a forma de participação na pesquisa e leitura deste documento,

concordo em participar da pesquisa **“EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL MATRICULADOS EM ESCOLAS MILITARES DA CIDADE DE SÃO LUÍS”** na qualidade de participante voluntário, estando ciente de que os procedimentos serão realizados exclusivamente com a finalidade de colaborar com o estudo acadêmico.

Estou informado e esclarecido que:

- 1) Minha participação se dará por meio de questionário, respondendo as questões em um tempo estimado de 30 minutos.
- 2) O questionário será enviado virtualmente por aplicativo.
- 3) Minha participação acontecerá de forma voluntária.
- 4) Minha participação será reservada e minha privacidade será assegurada.
- 6) Posso recusar em responder a atividade solicitada, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.
- 7) Todas as dúvidas em relação a minha participação nesta pesquisa foram previamente esclarecidas.
- 8) Recebi uma via deste termo via e-mail para assinatura para dirimir todas as dúvidas antes da assinatura.

Estou ciente e de acordo com o presente.

São Luís - MA, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2024.

---

Professor (a)